

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: maio de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Bolsa Família tem impacto positivo sobre evasão escolar – Luciano Máximo – Valor Econômico – Brasil – 07/05/2010	2
Bolsa-Família eleva aprovação escolar – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 09/05/2010	3
“Bolsa Família inspira famílias a lutar por futuro melhor”, diz diretora da ONU – MDS – 10/05/2010	5
Benefício social reduz atividade rural no NE – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2010.....	6
Bolsa Família não é desestímulo ao emprego, diz governo – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2010.....	7
Assistência Social: 98% dos municípios recebem recursos federais – MDS – 21/05/2010	8
MDS repassa quase R\$ 1 milhão aos Estados para gestão do Bolsa Família – MDS – 21/05/2010.....	10
Rio vai aumentar o valor de 100 mil Bolsas Família – Selma Schmidt e Claudio Motta – O Globo – Capa – 23/05/2010.....	13
Um Bolsa Família carioca – Selma Schmidt – O Globo – Rio – 23/05/2010.....	13
Projeto ajuda quem vive com menos de R\$ 4 por dia – Claudio Motta – O Globo – Rio – 23/05/2010	15
464 municípios têm programa próprio de transferência de renda – MDS – 25/05/2010	16
Desenvolvimento com igualdade – Alicia Barcena – Valor Econômico – Opinião – 25/05/2010.....	17
A querela das terras de quilombos – Manuela Carneiro da Cunha – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 26/05/2010	19
ENTREVISTA COLETIVA - BOLSA FAMÍLIA - Ministra Márcia Lopes apresentará perfil dos beneficiários do Bolsa Família – MDS – 31/05/2010.....	20

Bolsa Família tem impacto positivo sobre evasão escolar – Luciano Máximo – Valor Econômico – Brasil – 07/05/2010

Alunos cujas famílias recebem dinheiro do Bolsa Família apresentam melhores índices de aprovação e abandono escolar que os estudantes regulares da rede pública brasileira. Esse é o principal resultado do cruzamento de informações entre o Educacenso e o Sistema Presença, ferramenta do Ministério da Educação (MEC) que verifica se os filhos dos beneficiados do principal programa social do governo federal estão indo à escola.

De acordo com dados cedidos ao **Valor** pelo MEC, dos 500 mil alunos do ensino médio de 16 e 17 anos que recebem o Bolsa Família 81,1% passam de ano, enquanto a taxa de aprovação média dos mais de 7 milhões de jovens do censo escolar de 2008 no antigo colegial é de 72,6%. O índice de abandono da escola nesse ciclo educacional chega a 7,2% entre os beneficiários de transferência de renda do governo e 14,3% entre o total geral de estudantes contabilizados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão de estatísticas do MEC.

No ensino fundamental, que concentra mais de 30 milhões de crianças matriculadas da 1ª à 8ª séries, a taxa de evasão dos mais de 9 milhões de alunos beneficiários do Bolsa Família é de 3,6%. O restante dos estudantes dessa etapa apresenta índice de 4,8% de abandono da escola. Em termos de aprovação, os alunos do ensino fundamental que não recebem apoio social têm melhor desempenho, com taxa de 82,3%, ante média de 80,5% daquelas crianças cujos pais recebem recursos federais.

Segundo Daniel Ximenes, diretor de estudos e acompanhamento das vulnerabilidades educacionais do MEC, a diferença de desempenho - em termos de frequência e rendimento - está diretamente relacionado com os benefícios do Bolsa Família recebidos pelas famílias pobres.

"A transferência de renda condicionada provoca alerta e cobrança por parte dos pais e reforça o desafio de fazer as crianças permanecerem na escola com maior regularidade. No longo prazo, isso ajuda a corrigir trajetória ruim no processo educacional brasileiro entre crianças e jovens da turma da pobreza", afirma Ximenes.

O diretor do MEC aproveitou para divulgar resultado do mais recente monitoramento de frequência escolar do Bolsa Família, referente aos meses de fevereiro e março. O balanço mostra que 95% dos 14,117 milhões de crianças e jovens beneficiários com identificação escolar cumprem a regra de frequência exigida pelo programa. O acompanhamento revela que 276,9 mil alunos estão abaixo da exigência e 322,9 mil sequer têm um registro de frequência, totalizando quase 600 mil crianças em situação irregular.

Nesse caso, os beneficiários podem ser punidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que coordena o programa. Para receber o benefício do Bolsa Família em dia, uma das condicionalidades é que os pais matriculem os filhos na escola. Os alunos de até 15 anos precisam manter participação de, no mínimo, 85% das aulas a cada mês. A determinação para adolescentes de 16 e 17 anos é de frequência a pelo menos 75% das aulas.

Bolsa-Família eleva aprovação escolar – Marta Salomon – Estado de São Paulo –
Vida – 09/05/2010

Com um menor grau de abandono dos estudos, os alunos do Bolsa-Família tiveram desempenho na educação semelhante à média dos estudantes matriculados nas classes de ensino fundamental das escolas públicas do País. No ensino médio, os beneficiários do programa de transferência de renda registraram índices de

aprovação maiores.

Os resultados aparecem no cruzamento feito pelo Ministério da Educação (MEC) do desempenho dos alunos do Bolsa-Família com dados do censo escolar, a que o Estado teve acesso.

Trata-se do primeiro retrato do impacto do programa nos resultados da educação. Até então, o acompanhamento se limitava ao registro de frequência às aulas, condição para a permanência das famílias no programa. □ Com seis anos de existência, o Bolsa-Família tem em seus cadastros cerca de um terço dos alunos matriculados na rede pública.

Atualmente, são 16,8 milhões de alunos de 6 a 17 anos registrados entre os beneficiários.

Pela frequência às aulas, suas famílias recebem entre R\$ 22 e R\$ 200 por mês.

O MEC pesquisou os índices de aprovação escolar dos beneficiários do Bolsa-Família nos dados do censo escolar de 2008. O levantamento mostrou que 80,5% dos beneficiários matriculados no ensino fundamental passaram de ano, enquanto o grupo formado por todos os alunos registrou índice de aprovação ligeiramente maior: 82,3%. Foi no ensino médio que o MEC encontrou uma diferença maior no rendimento – e favorável aos beneficiários: 81,1% de aprovação dos alunos com a bolsa contra 72,6% do índice geral.

Os dados mais favoráveis aos alunos do Bolsa-Família estão no Norte e Nordeste. Os beneficiários nessas regiões exibiram desempenho melhor também no ensino fundamental, além de taxas de abandono muito inferiores ao universo de estudantes.

No ensino médio, enquanto quase 20% dos alunos nordestinos abandonam as aulas, apenas 7,4% dos estudantes do Bolsa-Família seguem o mesmo caminho.

No Norte e Nordeste, o abandono escolar é muito maior do que no restante do país.

“Não posso dizer que ficamos totalmente satisfeitos com os resultados obtidos, mas eles mostram que o programa contribui para diminuir as desigualdades dos níveis de escolaridade”, avalia Daniel Ximenes,

diretor de estudos e acompanhamento de vulnerabilidades do MEC.

Contribuição. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) já haviam indicado redução na defasagem entre idade e série por pessoas mais pobres. Mas o percentual de jovens entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade que chega ao ensino médio ainda é bem menor do que os dados gerais da população: 28,2% contra 55,6%.

São considerados vulneráveis os brasileiros com renda no limite de acesso ao programa de transferência de renda. Nesse grupo, a média de anos de estudo é muito maior, e o analfabetismo, maior. “O impacto possível do Bolsa-Família na educação é o aumento da taxa de matrícula e melhoria do fluxo escolar”, pondera Lúcia Modesto, responsável pelo programa no Ministério de Desenvolvimento Social. “Essa é a contribuição que o programa pode dar à educação”, disse.

Adicional. Os resultados também reforçam o governo a oposição à proposta de pagar um benefício adicional a alunos que exibam desempenho melhor na escola, no modelo do projeto de lei aprovado em março pela comissão de educação do Senado.

“Não acredito que se possa transferir para a família a responsabilidade pelo desempenho do aluno, porque isso depende de vários fatores”, disse Lúcia

“Bolsa Família inspira famílias a lutar por futuro melhor”, diz diretora da ONU – MDS – 10/05/2010

“O Programa Bolsa Família inspira as famílias a lutar por um futuro melhor para crianças e jovens”, afirmou Josette Sheeran, diretora executiva do Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas, na abertura do evento Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, na manhã desta segunda-feira (10/5), em Brasília. Segundo a diretora, o acesso à alimentação, “como o Bolsa Família assegura no Brasil”, é elemento importante para a segurança interna e estabilidade para as nações.

Para programas de segurança alimentar e nutricional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - que foi representado no evento pelo ministro em exercício Rômulo Paes de Sousa - está investindo, em 2010, mais de R\$ 960 milhões. Os recursos se destinam à construção de Cisternas, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, entre outros. Aproximadamente 8 milhões de pessoas são beneficiadas com as ações do Ministério.

A abertura do Diálogo Brasil-África - promovido pelo ministério das Relações Exteriores - teve também a participação do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Jacques Diouf, que elogiou a estratégia Fome Zero. Segundo ele, o Fome Zero deve ser exportado para os países africanos com o objetivo de garantir a segurança alimentar e a qualidade de vida para quem vive naqueles países. De acordo com Diouf, a FAO garante os financiamentos e a tecnologia necessários para a execução dos projetos.

Prêmio – Durante a cerimônia de abertura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu de Josette Sheeran, o prêmio de Campeão do Mundo na Batalha Contra à Fome concedido pelo Programa Alimentar Mundial (PAM). Para a FAO, Lula deve ser premiado por seus esforços na implantação de ações no Brasil e no exterior que visam a erradicação da fome. Um dos destaques foi a atuação brasileira na cooperação com o Haiti – devastado depois do terremoto de 12 de janeiro. “A fome só será vencida se for prioridade orçamentária de cada País”, enfatizou o presidente.

Estiveram presentes a este primeiro dia do encontro, que se encerra na quarta-feira (12), os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Wagner Rossi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Altemir Gregolin (Pesca e Aquicultura), Pedro Arraes, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), embaixadores, diplomatas, parlamentares, gestores e público acadêmico.

André Carvalho

Benefício social reduz atividade rural no NE – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2010

Trabalhadores optam por não ter carteira assinada a fim de manter Bolsa Família e aposentadoria especial antecipada

Fazendas de café na Bahia, que usam o emprego intensivo, abandonam a produção e acabam transformadas em pasto

A falta de mão de obra rural no Nordeste passou a contribuir para o fim de algumas atividades que usam o emprego intensivo na região. Muitos trabalhadores estão optando por não ter registro em carteira a fim de manter benefícios sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria especial antecipada. O fato ocorre pelo menos desde 2007. Em Brejões (281 km ao sul de Salvador), grandes fazendas abandonaram nos últimos três anos a produção do café, tradicional no sul do Estado, e passaram a criar gado. Propriedades que antes tinham até 800 mil pés de café e empregavam mais de 170 pessoas na safra estão virando pastos, geridos por menos de dez pessoas cada uma. A falta de mão de obra rural em Brejões e em outras regiões de plantio de café e de diferentes culturas no Nordeste é crônica, afirma João Lopes Araújo, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia. Basicamente, eles temem perder, ao terem a carteira assinada, o Bolsa Família ou a aposentadoria especial antecipada (aos 55 anos para as mulheres e 60 para homens). No caso da aposentadoria antecipada, o registro em carteira tiraria o trabalhador da condição de "segurado especial", tornando-o "assalariado rural". Com isso, ele seria obrigado a contribuir por 13 anos ou a trabalhar mais cinco anos. No caso do Bolsa Família, os beneficiários não perderiam necessariamente o dinheiro (pois trabalham apenas alguns meses na safra). Mesmo assim, preferem não correr o risco.

Esse é o caso de Juceli de Jesus Alves, 47, que trabalhava sem registro em uma fazenda da região na semana passada. Ela diz estar "com medo" de ser registrada e perder os R\$ 134 por mês que recebe do Bolsa Família (ela tem nove filhos, dois deles de sete e cinco anos). Juceli diz que optou pelo registro em 2009, mas não sabe se o fará neste ano. "É melhor contar com o certo [o Bolsa Família] do que com o incerto." Sem registro, os trabalhadores ganham entre R\$ 4 e R\$ 5,50 por caixa de café colhido. Registrados, ganhariam um salário mínimo (R\$ 510). O mesmo se dá com as pessoas chegando perto da idade de se aposentar.

Pé de café vira tronco
Na semana passada, Raimundo Moreira de Souza, 56, empilhava com dois ajudantes troncos que antes eram pés de café naquela que foi uma das maiores fazendas da região. A terra vai virar pasto. E o antigo cafezal, queimar nas caldeiras de um curtume. Souza nunca teve a carteira assinada e não a quer. Quer se aposentar aos 60 anos pelo regime especial da Previdência, ganhando um salário mínimo por mês. Ele diz que a irmã, hoje com 55 anos, teve a carteira assinada há dois anos e perdeu a oportunidade de se aposentar aos 55. Agora, terá de completar 60 antes de pedir a aposentadoria.

Souza diz que chegou a levar em seu caminhão para essa mesma fazenda até 60 pessoas ao dia na época da safra para colher o café. "Hoje, estamos destruindo o que levamos mais de 30 anos para plantar", diz. Em uma das maiores fazendas ainda ativas em Brejões, a Campo Grande, o cafeicultor André Araújo diz ter diminuído o número de "covas" (pés de café) de 1 milhão para 700 mil nos últimos anos por causa da falta de mão de obra. Enquanto precisa de até 200 pessoas para cada safra, ele consegue contratar no máximo 70 com a carteira assinada. O resultado é que mais de 40% do café não é colhido no pé por falta de tempo. Acaba catado depois no chão. A saca do "riado" (colhido no solo) vale R\$ 200, ante R\$ 290 do "mole" (tirado do pé na hora certa). A Folha já havia constatado o problema em Brejões e em outras regiões em 2007. Na época, fazendas ainda tentavam sobreviver contratando ilegais. Após multas e o aumento da fiscalização do Ministério do Trabalho, muitas desistiram da atividade.

Bolsa Família não é desestímulo ao emprego, diz governo – Fernando Canzian –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2010

Ministério do Desenvolvimento não se posiciona sobre dificuldade na contratação de mão de obra no sul da Bahia

Dados da pasta apontam que Estado é a região em que mais empregos formais foram criados entre 2008 e 2009 a partir de fiscalizações

DO ENVIADO ESPECIAL A BREJÕES (BA)

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cita estudo de órgão do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para afirmar que o Bolsa Família tem "efeito insignificante" na procura por empregos no Brasil. A pesquisa mostrou que, em alguns casos, o impacto do programa (que atenderá 12,5 milhões de famílias neste ano) é "estatisticamente relevante". Mas não a ponto de dizer que ele causa "dependência". O estudo derrubaria a tese de que "o Bolsa Família estimula as pessoas a parar de trabalhar". "Não se pode dizer que o programa gere dependência em virtude da transferência de renda", diz o trabalho. No caso específico do sul da Bahia, objeto de reportagens da Folha em 2007 e agora, o MDS disse que precisava analisar dados mais específicos da região antes de se posicionar.

Já em relação aos que não querem o registro em carteira para não perder a aposentadoria especial, havia um projeto de lei no Congresso que criava a figura do "safrista". Com isso, o trabalhador rural poderia trabalhar até 120 dias por ano com registro e, ainda assim, aposentar-se aos 60 (homens) e 55 (mulheres). O projeto ficou parado anos no Congresso e acabou sendo incorporado a outra lei. Mas isso ainda não afastou o temor dos trabalhadores em terem a carteira assinada. A Bahia é uma das regiões mais fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho no que se refere ao emprego informal. Segundo dados da pasta, o Estado teve o maior número (em termos absolutos) de novos registros de empregos formais a partir de fiscalizações. Foram 29.565 contratações

formais nos anos de 2008 e 2009, para um total de 210.967 em todo o país. Embora seja crônica e registrada há mais de três anos, a dificuldade na contratação de mão de obra em Brejões não é o único motivo para o abandono na produção de café. Além da mão de obra, André Araújo, da fazenda Campo Grande, afirma que, na comparação com outros produtos, o café vem tendo valorização baixa nos últimos anos. Seu preço aumentou 2,2% em termos nominais de 2004 a 2010. Mas o valor da arroba do boi também ficou praticamente estável no período. "Com mais o problema da mão de obra, nosso destino pode estar na pecuária ou no eucalipto, atividades pouco intensivas em pessoal", diz. (FERNANDO CANZIAN)

Assistência Social: 98% dos municípios recebem recursos federais – MDS – 21/05/2010

As informações constam de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), divulgada nesta sexta-feira (21) no Rio de Janeiro

De cada 100 municípios brasileiros, 98 recebem recursos do Governo Federal para a área de assistência social. Ao mesmo tempo, o financiamento dos governos estaduais chega a 44% das prefeituras. A presença da verba federal é mais expressiva na região Nordeste e nas cidades de grande porte. As informações constam de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), divulgada nesta sexta-feira (21/5).

Entre todos os 5.565 municípios brasileiros pesquisados, 87% declaram receber recursos federais ou estaduais para a assistência social. Das cidades com até 5 mil habitantes, 95,5% recebem verbas da União e 44,7% têm acesso ao financiamento dos Estados. Já no caso dos municípios com mais de 500 mil moradores, todos recebem recursos federais e 62,5% também recebem recursos dos governos estaduais.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), cujos dados foram coletados em 2009, revela ainda que o índice de Prefeituras com secretarias exclusivas de assistência social passou 59% para 70,1%, em relação a 2005 quando foi realizado o primeiro levantamento específico para este setor. Esse aumento foi verificado com um pouco mais de intensidade nos municípios com até 5 mil habitantes: subiu de 48% para 62%.

“O Brasil tem a compreensão da institucionalização da política de assistência social”, ressaltou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, ao comentar a pesquisa. “A dimensão do Brasil, as diferenças geopolíticas, econômicas e sociais nos põem de um lado em confronto com os desafios, mas também nos possibilita criar metodologias para enfrentá-los. Essa pesquisa deve ir para as mãos de gestores e acadêmicos. Ela deve motivar as pessoas. Quem ganha com isso (a pesquisa) são os usuários das políticas socioassistenciais”.

Para essa pesquisa, o IBGE obteve junto aos municípios informações detalhadas sobre a

gestão da assistência social em diversos aspectos, como infraestrutura, recursos humanos, legislação, instância de controle social e recursos. De acordo com o levantamento, em 2006, das Prefeituras pesquisadas, 16 declararam não possuir nenhuma estrutura para tratar da política de assistência social. Em 2009, esse número baixou para quatro.

Recursos Humanos - O número de profissionais atuando na assistência social aumentou 31% nesse período, crescendo de 139,5 mil para 182,4 mil - a maior parcela deles concursados ou sem vínculo permanente com a gestão pública. Entre os gestores da política socioassistencial, a pesquisa verificou uma melhoria no grau de formação. Em 2005, 14,2% deles tinham pós-graduação. Agora, representam 20,8%. Em 30% dos municípios, a gestão é conduzida por um assistente social. Em 24,3% das Prefeituras, o setor é coordenado pela primeira-dama.

A pesquisa retrata ainda que manteve-se em níveis elevados o percentual de municípios (acima de 96%) com lei orgânica ou outros instrumentos legais para a área de assistência social. Por outro lado, apenas metade das Prefeituras têm políticas municipais para o setor, apesar de mais de 90% delas terem um plano municipal regulamentado e avaliado.

De acordo com o levantamento, dos municípios brasileiros, 98% ofertam serviço de proteção social básica (prevenir situação de risco, desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares) e 88% têm serviço de proteção social especial (atende pessoas e famílias que tiveram seus direitos violados, como abandono, violência, abuso e exploração sexual, situação de rua e trabalho infantil). Na ação preventiva, se destaca a atenção à família e aos idosos. Na área especial, os principais serviços que estão sendo realizados são o atendimento às vítimas de violência e o combate ao trabalho infantil. Em 24,5% dos municípios, há o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes. Foi verificado que 93% das Prefeituras realizam visitas domiciliares.

Transferência de renda - De acordo com a pesquisa, os conselhos de Assistência Social estão presentes em 99% das cidades. Uma novidade nesta edição da pesquisa é o índice de municípios que têm Comitê Gestor do Bolsa Família. Em 68% deles, há essa instância de controle social com participação dos governos, trabalhadores e beneficiários. No Sul, eles representam 76,5% do total da região. Outra novidade detectada pela pesquisa é o número de municípios que já tem os seus próprios programas de transferência de renda. São 464 prefeituras, o que corresponde a 8,3% do total. Essa iniciativa está presente em 42,5% das cidades com mais de 500 mil habitantes.

Para a secretária de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Luziele Tapajós, a pesquisa será muito útil para balizar os debates no ministério. “A Política social não se faz com amadorismos”, reforçou ela anunciando que, em novembro, será publicado um levantamento específico sobre segurança alimentar e nutricional do brasileiros.

João Luiz Mendes

MDS repassa quase R\$ 1 milhão aos Estados para gestão do Bolsa Família – MDS – 21/05/2010

O valor é referente às ações desenvolvidas pelos Estados, em apoio a seus municípios, durante o mês de março. O modelo de repasse se baseia no critério de desempenho e segue o mesmo princípio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M)

Os Estados já começaram a receber recursos mensais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para aperfeiçoamento da gestão do Programa Bolsa Família. No primeiro repasse por meio do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), feito neste mês, todas as unidades da federação receberam juntas um total de R\$ 913 mil, mas nenhuma alcançou o valor máximo a que teria direito, conforme as regras de cálculo do índice estabelecidas pela Portaria nº 256 de 23 de março de 2010.

Os valores são referentes às ações desenvolvidas pelos Estados, em apoio a seus municípios, durante o mês de março. O modelo de repasse se baseia no critério de desempenho e segue o mesmo princípio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), criado em abril de 2006 para calcular o aporte financeiro destinado, como deixa clara a própria denominação, aos municípios.

Para aumentar seus montantes, que serão atualizados mensalmente, os governos estaduais terão que ajudar as cidades localizadas em seus territórios a melhorarem o monitoramento da frequência escolar, agenda de saúde, atualização cadastral e cadastro válido. “Acreditamos que o Estado vai fazer um esforço para que os municípios atinjam os índices exigidos”, afirma o diretor da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Antonio Carlos Oliveira Junior.

Com os recursos recebidos, o Governo do Pará, por exemplo, vai criar um programa sobre a base do Cadastro Único, entre outras ações. A intenção da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social é que as informações cadastrais da parcela mais pobre da população paraense sejam levadas em consideração na implementação de políticas públicas. Para desenvolver o aplicativo, a secretaria fez uma parceria com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Pará.

O Pará recebeu R\$ 55,3 mil do MDS, referente ao seu desempenho na gestão do Bolsa Família durante o mês de março deste ano. “A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social vai investir parte dos recursos recebidos na aquisição de equipamentos, como computadores e móveis, e na capacitação de técnicos municipais”, afirma a secretária estadual, Eutália Barbosa Rodrigues. Com o investimento, ela espera aumentar o IGD-E do Pará que, em março, ficou em 0,78, numa escala que varia de zero a um.

Os maiores índices foram conquistados pelos Estados nordestinos, que abrigam cerca de 50% dos beneficiários do Bolsa Família. Com exceção de Alagoas, todos eles alcançaram indicadores superiores a 0,82 (**veja quadro abaixo**) e foram liderados pelo Piauí, com 0,86 na escala que varia de zero a um. São Paulo e Rio de Janeiro registraram os mais baixos índices.

Para receber o repasse - que será mensal, assim como o dos municípios - o Estado precisa ter assinado o Termo de Adesão ao Bolsa Família, designar coordenador responsável pelo envio de informações ao MDS e constituir coordenação intersetorial do programa, na qual devem estar representadas as áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento e trabalho. O Estado deve também formular estratégias que orientem a implementação de programas complementares junto aos beneficiários do Bolsa Família, investir em infraestrutura, promover capacitações que permitam aos municípios cadastrar famílias, e ainda apoiar atividades de acompanhamento das beneficiárias, de fiscalização e de controle do programa.

O objetivo do Ministério do Desenvolvimento Social é incentivar os governos estaduais a executarem ações de apoio técnico e operacional aos seus municípios no que diz respeito ao Programa Bolsa Família. “Com essa ação, buscamos o envolvimento do Estado. Fazer com que ele atue junto aos municípios no fortalecimento do programa”, avalia o diretor Oliveira Junior, do MDS.

O indicador segue as mesmas variáveis definida anteriormente para os municípios. Varia de zero a um e é calculado com base nas taxas estaduais de qualidade e atualização cadastral, acompanhamento da frequência escolar e da agenda de saúde de crianças e adolescentes - condicionalidades do Programa Bolsa Família acompanhadas pelos municípios.

O acesso aos recursos mensais está vinculado a índices mínimos envolvendo tanto as ações municipais quanto as estaduais. Só recebe o montante, o Estado que alcançar uma taxa média igual ou superior a 0,6, numa escala que varia de zero a um. Oitenta por cento do teto financeiro para cada Estado será em função dessa fórmula. Todas as unidades da federação atenderam a esse requisito.

Restam 20% no cálculo do IGD-E que são chamados de incentivos. Se a taxa de cobertura qualificada de cadastro e de atualização cadastral for igual ou superior a 0,8 em todos os municípios do Estado, ele recebe mais 5% do valor estabelecido como teto, para cada um dos dois indicadores. Na frequência escolar, todos os municípios precisam ter taxa igual ou superior a 0,75 e, na saúde, 0,60, para que o Estado receba mais 5% do teto, por indicador.

A finalidade do incentivo, segundo o diretor da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Antônio Carlos Oliveira Junior, é fazer com que os Estados sejam parceiros do ministério na gestão do programa e atuem para que os municípios melhorem seus indicadores. Nenhuma unidade da federação recebeu valores referentes aos percentuais de incentivos.

Clique aqui e ouço o boletim de rádio: [Estados recebem quase R\\$ 1 milhão para gestão do Bolsa Família](#)

Roseli Garcia

UF	GD-E	Teto	Ma
A	0,		
C	78	25.428,00	15.867,00

L	A	77	0,	39.585,00	24.384,00
M	A	78	0,	79.287,00	49.475,00
P	A	72	0,	24.153,00	13.912,00
A	B	81	0,	117.877,00	76.384,00
E	C	85	0,	69.706,00	47.400,00
S	E	69	0,	31.769,00	17.536,00
O	G	71	0,	53.863,00	30.594,00
A	M	82	0,	71.727,00	47.053,00
G	M	76	0,	124.355,00	75.608,00
S	M	71	0,	38.004,00	21.586,00
T	M	72	0,	59.114,00	34.050,00
A	P	78	0,	88.643,00	55.313,00
B	P	83	0,	46.853,00	31.110,00
E	P	82	0,	69.020,00	45.277,00
	PI	86	0,	51.836,00	35.663,00
R	P	75	0,	64.798,00	38.879,00
J	R	64	0,	51.179,00	26.204,00
N	R	85	0,	39.813,00	27.073,00
O	R	71	0,	31.953,00	18.149,00
R	R	84	0,	26.570,00	17.855,00
S	R	67	0,	71.488,00	38.318,00
C	S	70	0,	40.915,00	22.912,00
E	S	81	0,	30.339,00	19.660,00
P	S	64	0,	114.273,00	58.508,00

O	T	0,	
	81	37.452,00	24.269,00
		1.500	913
		.000,00	.039,00

Rio vai aumentar o valor de 100 mil Bolsas Família – Selma Schmidt e Claudio Motta – O Globo – Capa – 23/05/2010

Prefeitura gastará até R\$ 140 milhões anuais com programa
 Cem mil famílias do Rio passarão a receber da prefeitura, em julho, um benefício complementar ao Bolsa Família federal, revelam
 O programa Bolsa Carioca suplementará a renda mensal familiar até chegar a R\$ 120 per capita, com um limite de quatro beneficiados por domicílio.
 A estimativa do prefeito Eduardo Paes é gastar entre R\$ 130 milhões e R\$ 140 milhões por ano com o programa, que ajudará o Rio a atingir uma das metas da ONU para o milênio.

Um Bolsa Família carioca – Selma Schmidt – O Globo – Rio – 23/05/2010

Programa da prefeitura de complementação de renda deve beneficiar 300 mil pessoas

Selma Schmidt

Um Bolsa Família 2.0. Assim o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, define um programa que o prefeito Eduardo Paes lançará em julho. O futuro Bolsa Carioca complementará o benefício do Bolsa Família, do governo federal, e deverá atingir cem mil famílias (ou 300 mil pessoas). Elas terão a renda mensal suplementada para alcançar R\$ 120 per capita, havendo um limite de quatro beneficiados por família.

A estimativa de Paes é gastar entre R\$ 130 milhões e R\$ 140 milhões anualmente com a implementação do projeto, que considera inovador.

Segundo o subsecretário da Casa Civil e coordenador operacional do programa, Marcello Faulhaber, com o Bolsa Carioca, a cidade atingirá em um ano uma das metas para o milênio fixadas pela ONU: a de reduzir em 50% a pobreza entre 1990 e 2015.

— Serão 15 anos em um. Diminuiremos em pelo menos à metade a quantidade de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza. No Rio, não haverá mais famílias, com quatro pessoas ou menos, com renda inferior a R\$ 120 per capita — garante Faulhaber.

O valor equivale a US\$ 2 (R\$ 3,7) por dia, per capita, limite de pobreza estabelecido pela ONU para países como o Brasil. Para nações com pobreza extrema, como alguns africanos, a ONU fixou o mínimo de US\$ 1 (R\$ 1,86) diário, por pessoa.

— Seguimos uma linha internacional para fixar a renda mínima per capita na cidade — comenta Neri, coordenador técnico do programa.

Ele chama a atenção para números que revelam que, entre 1996 e 2008, a desigualdade se manteve no Rio e diminuiu no país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostrou que o coeficiente de Gini (um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 à total desigualdade)

permaneceu em 0.57 no Rio, entre 1996 e 2008. No país como um todo, diminuiu de 0.60 para 0.545 no mesmo período.

— O Rio é mais desigual do que o Brasil — diz Neri.

Frequência escolar vai ser cobrada

Para as famílias com filhos matriculados em escolas da prefeitura, o programa incorporou propostas da secretária municipal de Educação, Claudia Costin. Em vez dos 85% fixados pelo Bolsa Família, os estudantes de famílias beneficiadas pelo Bolsa Carioca precisarão ter 90% de frequência nas salas de aula.

O pai ou a mãe também terão de comparecer às reuniões bimestrais nas escolas dos filhos. Além disso, os estudantes deverão melhorar as suas notas na Prova Rio (que avalia o desempenho dos alunos). Cada um desses itens tem um peso no valor repassado.

— Teremos um sistema sólido e fundado na educação — afirma Claudia Costin.

De dois em dois meses, a Secretaria de Educação vai informar os responsáveis pela implementação do programa sobre o cumprimento das exigências educacionais. No primeiro bimestre, os pais serão advertidos.

Se no bimestre seguinte o problema persistir, a parcela do benefício correspondente ao item descumprido será cortada.

— Queremos que as famílias possam viver de forma mais digna — diz o prefeito. — O Bolsa Carioca vai garantir uma renda mínima e, ao mesmo tempo, exigir o envolvimento de todos na educação das crianças daquela família, cobrando a participação de pais e alunos na vida escolar com ainda mais rigor do que no Bolsa Família. Queremos ajudar a melhorar a vida das atuais gerações e preparar os futuros cidadãos para terem mecanismos próprios de construir uma realidade melhor.

O subsecretário da Casa Civil esclarece que o valor mínimo a ser pago será de R\$ 20 por família. Ele explica ainda que o limite de quatro pessoas beneficiadas por família visa a evitar uma explosão de natalidade: — Sem limitador, o Bolsa Carioca poderia estimular os casais a terem mais filhos para receber mais.

O cadastro do Bolsa Família — feito pela Secretaria municipal de Assistência Social para o governo federal — será a base do Bolsa Carioca. No programa federal, estão cadastradas 238.950 famílias, sendo que 166.751 recebem o benefício da União. Aquelas com renda de até R\$ 70 per capita por mês ganham R\$ 68, além de valores relativos a crianças e adolescentes (caso tenham filhos). Aquelas com renda de R\$

70 a R\$ 140 mensais per capita recebem R\$ 22 por criança de até 15 anos (máximo de três) e R\$ 33 por adolescente de 16 e 17 anos (até dois). Ou seja, o Bolsa Família varia de R\$ 22 a R\$ 200.

Diferentemente do Bolsa Família, a versão carioca utilizará a renda estimada e não a declarada pela família, para calcular o valor do benefício.

Uma metodologia criada por Neri permitirá chegar à renda estimada per capita. Serão levados em conta dados que constam do cadastro, como bens de consumo e salários. A essa renda será somado o valor do Bolsa Família. O que faltar para atingir R\$ 120 será complementado.

Em média, a prefeitura acredita que o Bolsa Carioca dará R\$ 100 por família carente. Um estudo de Neri mostra que de 15% a 23% da população de Santa Cruz e da Cidade de Deus receberão o Bolsa Carioca.

Percentualmente, a Cidade de Deus terá mais pessoas beneficiadas (23% dos moradores, ou 9.337). Em números absolutos, Santa Cruz lidera, com 57.621 beneficiados.

Os detalhes da implantação do Bolsa Carioca estão sendo decididos, mas Faulhaber estima que, em agosto, comecem a ser entregues os cartões.

A família será informada, por carta, de que poderá buscar seu cartão. Ainda não foi decidido se a distribuição será realizada nas 40 unidades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou nas agências da Caixa Econômica Federal (CEF). O saque será feito na CEF ou em loterias.

Projeto ajuda quem vive com menos de R\$ 4 por dia – Claudio Motta – O Globo – Rio – 23/05/2010

Moradores da Cidade de Deus e de Santa Cruz devem ser beneficiados

Cláudio Motta

Menos de R\$ 4 por dia. Esse é o valor que Edna de Souza Santos, de 31 anos, tem para se sustentar e ainda criar dois filhos: Marimar, de 13, e Ian, de 9. Não dá sequer para pagar duas passagens de ônibus (a tarifa nas linhas municipais é R\$ 2,35). Desempregada, Edna, moradora da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, conta apenas com os R\$ 112 que recebe do programa Bolsa Família, do governo federal. A simples possibilidade de vir a ter sua renda complementada por outro projeto, agora municipal, significa esperança de melhoria na qualidade de vida.

— Moro com o meu irmão para não gastar com aluguel, mas, ainda assim, o dinheiro é pouco. Fico triste por não poder dar mais aos meus filhos.

Por isso, qualquer ajuda a mais que a prefeitura desse seria muito bem-vinda — disse Edna.

Seria bom ter um complemento”, diz faxineira De acordo com a prefeitura, a Cidade de Deus será uma das áreas mais beneficiadas pelo Bolsa Carioca. Na comunidade, na área conhecida como Rocinha 2, numa rua só de barracos de madeira, Adriana Pereira Timóteo, de 32 anos, vive com três filhos. A faxineira recebe por mês um salário de R\$ 480, mais R\$ 134 do Bolsa Família.

— Seria bom ter um complemento.

Só de olhar a nossa casa, a nossa rua, dá para ver que a vida aqui não é boa. Espero poder ter uma casa melhor, entrar no programa Minha Casa, Minha Vida. E falo para os meus filhos estudarem, para que não sejam como a mãe, uma faxineira — disse Adriana.

Santa Cruz também deverá ser um dos bairros mais atendidos pelo programa carioca de transferência de renda.

Na comunidade do Cesarão, Vera Lúcia Alves, de 44 anos, vive com o marido e dois filhos.

Ele é pedreiro e consegue ganhar cerca de R\$ 700 por mês, além dos R\$ 112 do Bolsa Família.

— Mãe quer dar o melhor para o filho. É difícil ter que negar o pedido de uma criança.

Por isso, o programa da prefeitura seria uma grande ajuda. Com o dinheiro, eu compraria material escolar para os meninos. Me preocupo muito com a formação deles, que estudam em escolas municipais. A educação tem que trazer um futuro melhor — disse Vera Lúcia.

Caminhada de mais de meia hora para chegar à escola Também moradora do Cesarão, Daiane Silva, de 25 anos, se sustenta com o salário mínimo do marido, aposentado, e com R\$ 134 do Bolsa Família.

— Para quem tem pouco, qualquer ajuda é muito. Mas a prefeitura também tinha que trazer melhorias para a comunidade, como saneamento básico.

Para chegar à escola, caminhamos mais de meia hora — reclamou Daiane, que é mãe de três crianças, de 7, 5 e 2 anos.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informou que o Bolsa Família é seu principal programa de políticas sociais. No ano passado, foram investidos R\$ 12,5 bilhões nos benefícios. A previsão é que, durante todo este ano, as 12,7 milhões de famílias beneficiadas recebam R \$ 13,2 bilhões.

As parcerias com municípios e estados — que preve em o pagamento pelos governos de um valor além do repassa do pelo programa federal, como a prefeitura do Rio vai fazer agora — estão previstas no Bolsa Família. Desde 2004 foram firmados acordos com 13 estados e 14 municípios. Atualmente, só estão em vigor os assinados com Acre, Distrito Federal, Nova Lima (MG), São Luís (MA) e Manaus (AM).

O diretor de Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social, Anderson Brandão, disse que o combate à pobreza é uma responsabilidade dos três níveis de governo. Ele destacou que, como os valores do Bolsa Família são os mesmos para qualquer lugar do país, em cidades grandes e com alto custo de vida, como o Rio, acabam ficando proporcionalmente menores.

— A iniciativa da prefeitura do Rio é muito positiva.

Vai fazer uma política de transferência de renda que evita duplicidade de pagamentos, já que trabalha com o mesmo cadastro, mesmo cartão — disse Anderson

464 municípios têm programa próprio de transferência de renda – MDS – 25/05/2010

Programas próprios de transferência de renda, semelhantes ao Bolsa Família, foram adotados por 464 Prefeituras, o que representa 8,3% dos municípios brasileiros. Essas iniciativas são realidade em 42,5% das cidades com mais de 500 mil habitantes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegou a essas informações por meio de pesquisa realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que radiografou os serviços de assistência social do País, chamaram a atenção da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. “Nossa avaliação é que quanto mais puder crescer esse recurso às famílias, melhor será. Estamos trabalhando é no sentido de uma unificação, uma coordenação conjunta dos benefícios de transferência de renda entre o Governo Federal, Estados e municípios”.

De cada 100 municípios brasileiros, 98 recebem recursos do Governo Federal para a área de assistência social. Ao mesmo tempo, o financiamento dos governos estaduais chega a 44% das Prefeituras. A presença da verba federal é mais expressiva na região Nordeste e nas cidades de grande porte. Outro dado que chama a atenção é o fato de 99% dos municípios brasileiros (de um total de 5.565 cidades) possuírem conselhos de assistência social. Além disso, 98 % declaram possuir acesso à internet por meio de conexão de banda larga.

Para a ministra Márcia Lopes, os dados serão importantes no diálogo com Estados e municípios e servirão para auxiliar no desenvolvimento das políticas sociais. “A pesquisa identifica avanços e com certeza será instrumento privilegiado na condução do

diálogo com os entes federados”, destacou a ministra, enfatizando a importância da ampla divulgação das informações. “No século 21, diante das outras nações, um dos diferenciais do Brasil será a transparência e visibilidade dos dados de sua realidade”, disse.

A pesquisa completa está disponível no endereço eletrônico http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/assistencia_social2009/munic_as2009.pdf.

Desenvolvimento com igualdade – Alicia Barcena – Valor Econômico – Opinião – 25/05/2010

Na América Latina e Caribe, a democracia deve buscar a participação, a inclusão e a justiça social

As últimas três décadas na América Latina e Caribe foram marcadas essencialmente por um baixo crescimento econômico e por uma lenta recuperação dos indicadores sociais prévios as crises da dívida externa e das hiperinflações dos anos 1980 e 1990. Deste ponto de vista, o panorama regional é desanimador. Não só as desigualdades seculares da região não foram vencidas, como sempre paira no horizonte um risco de retrocesso nos avanços conquistados durante os anos de bonança.

O índice de pobreza em 1980 na América Latina e Caribe era de 40,5% da população e subiu para 48,3% em 1990, só voltando para 39,8% em 2005. Foram necessários 25 anos para recuperar o que se perdeu em função do colapso do padrão de crescimento baseado no forte endividamento externo.

Quase o mesmo ocorreu com o PIB per capita, que após cair por uma década, só retornou aos cerca de US\$ 3.600 de 1980, 14 anos depois. Uma dura lição e que revela que os custos sociais das crises econômicas têm sido por aqui drásticos e persistentes.

A América Latina e o Caribe não são apenas uma região pobre e desigual mas também apresentam amplos contingentes da população com uma mobilidade social frágil, muito vulnerável as adversidades econômicas, sujeitos a regressar aos patamares abaixo da linha de pobreza e de miséria. A esperança de uma vida melhor parece escoar entre as mãos. Isto afeta de forma negativa a coesão social e o sentimento de pertencimento a um projeto de nação.

Mas se é verdade que continuamos como um continente de problemas os mais diversos, é verdade também que não estamos necessariamente condenados à sorte de Sísifo. Muita coisa mudou nos últimos trinta anos e em consequência, novos desafios se impõem. Se por um lado reconquistamos a democracia nos anos 80 e 90, por outro temos o dever de preservá-la e aprofundá-la. A democracia não deve se restringir ao método de escolha dos governantes, em sua dimensão eleitoral, deve buscar a participação, a inclusão e a justiça social.

A vitória sobre a inflação completada nos anos 90 e início dos 2000, não deve ser o único objetivo da política macroeconômica, mas também os estímulos aos investimentos produtivos e empregos. O crescimento econômico com distribuição de renda, conquistado recentemente, de meados dos 2000 até 2008, não deve ser a meta final. Devemos caminhar para o desenvolvimento com igualdade.

Esses são fatos que colocam a América Latina e Caribe em uma nova situação. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) chegou a identificar um "casillero" vazio, uma caixa vazia no padrão de crescimento da região, sem períodos em que o crescimento econômico se combinava com a distribuição da renda. Isso até recentemente. No período de 2003 a 2008, o cenário mudou. A pobreza caiu de 44,2% da população para 33,2%. O PIB per capita subiu 3,5% ao ano e o índice de Gini apresentou queda em vários países. Com democracias resilientes e inflação sob controle.

A América Latina e o Caribe, de forma geral, soube aproveitar as oportunidades geradas pelo crescimento mundial da última década, reduzindo sua vulnerabilidade externa e saneando suas finanças públicas. Isso permitiu um avanço substantivo nos gastos públicos e nas políticas sociais. A combinação de crescimento econômico, estabilidade da inflação, gastos sociais crescentes e a redução da taxa de dependência, que é um bônus demográfico, permitiu o crescimento com distribuição de renda.

Ainda tornou o enfrentamento da crise financeira mundial, detonada em setembro de 2008, bem distinto de outros períodos. Se é verdade que a queda do crescimento econômico foi mais forte agora que em outras crises, também é verdade que a recuperação tem sido mais rápida e com os indicadores de endividamento das empresas e dos governos mantidos em patamares suportáveis. Não houve crise de insolvência na região.

No entanto, a crise interrompeu seis anos contínuos de redução dos níveis de pobreza. A Cepal estima que aumentou em 9 milhões o número de pobres em 2009. Isso coloca em questão dois temas. Primeiro, os governos não devem desativar os mecanismos anticíclicos, acionados para o enfrentamento da crise, antes da retomada consistente da redução da pobreza e do desemprego, porém, sem comprometer a sustentabilidade fiscal alcançada. Segundo, devem começar a adotar medidas para um desenvolvimento com igualdade.

Crescer para distribuir e distribuir para crescer. Essa fórmula vem funcionando e pode ser aprofundada. O crescimento das economias da região, em 2010, será superior ao crescimento mundial. Pela primeira vez, desde o imediato pós-guerra, a região não faz parte do problema, faz parte da solução. E isso baseado no crescimento dos mercados internos.

O desenvolvimento com igualdade implica uma nova visão. As políticas macroeconômicas devem ser amigáveis aos investimentos e ao crescimento econômico. Políticas industriais e tecnológicas devem ser realizadas para reduzir a heterogeneidade estrutural na produtividade. As desigualdades territoriais, rurais e urbanas, devem ser diminuídas. As políticas sociais devem ser consideradas como direitos de cidadania. Para tudo isso, o Estado deve ser maior, mais democrático e eficaz.

É um processo de mudança que exigirá novos pactos sociais e uma reforma tributária-fiscal significativa. Nada disso é simples, mas devemos ter a audácia de continuar avançando. Neste sentido, a Cepal está apresentando para debate entre seus 44 países membros, o documento A Hora da Igualdade, brechas por selar, caminhos por abrir, com o detalhamento desta visão e das propostas para levá-la adiante. Esperamos com isso cumprir nosso mandato e contribuir para uma América Latina e Caribe com um futuro melhor para todos.

Alícia Barcena é secretária executiva da Cepal.

Antonio Prado é secretário executivo- adjunto da Cepal.

Está de volta, como de hábito às vésperas de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, uma velha campanha. Segundo seus promotores, as terras que são destinadas a quilombos (desta feita, é delas que o Supremo vai tratar), a índios e a unidades de conservação diminuiriam ainda mais o já pequeno território brasileiro acessível a "quem quer produzir". Como, entre essas terras subtraídas a "quem quer produzir", são também contabilizadas as cidades, conclui-se que esses promotores desejam transformar o Brasil numa grande fazenda. Voltaríamos às capitânicas hereditárias? Mas olhemos mais de perto. Analisando as áreas de conservação ambiental e as áreas indígenas, o Ipea, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, publicou, em dezembro de 2009, um estudo cujo título já diz tudo: chama-se "Unidades de Conservação e o Falso Dilema entre Conservação e Desenvolvimento". E, para quem acha que há áreas de conservação demais no Brasil, lembra que percentualmente à nossa parte do bioma floresta amazônica, estamos bem atrás de Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia. Segundo a análise que o IBGE faz do último Censo Agropecuário, a concentração de terras pouco se alterou entre 1985 e 2006: a pequena propriedade rural, menor do que 10 hectares, que representa quase metade do número de propriedades, ocupa 2,7% da área total de estabelecimentos rurais. No outro extremo, a grande propriedade, aquela acima de mil hectares, ocupa 43%. Se esta é mais rentável no absoluto, a pequena propriedade é mais racional no uso da terra e proporciona uma melhor distribuição de renda. Não só também "produz", mas sabe-se que ela é quem garante a segurança alimentar no Brasil.

Mas vejamos como se distribui, quanto a terras, o agronegócio. O professor Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura da USP, de Piracicaba, desenvolveu pesquisas com colaboradores brasileiros e suecos, que serviram para que a associação brasileira da indústria da cana-de-açúcar defendesse, diante da União Europeia, a compatibilidade da expansão do cultivo da cana com os compromissos ambientais do país. Em um artigo publicado em 2007, Sparovek e seus colaboradores relembram que quem se apropria da maior parte das terras cultiváveis brasileiras é a pecuária. Um estudo de 2003, de Cardille e Foley, mostrou que, entre 1980 e 1995, dos 25 milhões de hectares deflorestados, 54% tinham sido convertidos em pastos, e só 7% serviam para cultivo. Em 1995, a pecuária ocupava 73% do espaço agrícola. A criação de gado bovino, essa grande responsável pelo desmatamento na Amazônia, continua sendo feita de maneira extensiva, com uma densidade inferior a um boi por hectare!

Segundo o IBGE, o gado confinado ou semiconfinado não passava de 2,5% do total de gado em 2005. O subsídio implícito da grilagem de milhões de hectares na Amazônia torna mais rentável, como mostrou o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a criação extensiva do que o confinamento ou semiconfinamento. Mas rentável não equivale a racional. Quem está limitando o acesso às terras a "quem quer produzir" não são, portanto, os índios, os quilombolas, as unidades de conservação e a pequena propriedade rural, e sim

a parte tecnologicamente mais atrasada e predatória da pecuária. O resto é conversa para boi dormir, ou melhor, para influenciar o Supremo.

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA é antropóloga, professora titular aposentada da Universidade de São Paulo e da Universidade de Chicago. É membro da Academia Brasileira de Ciências.

ENTREVISTA COLETIVA - BOLSA FAMÍLIA - Ministra Márcia Lopes
apresentará perfil dos beneficiários do Bolsa Família – MDS – 31/05/2010

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, apresenta, nesta segunda-feira (31/5), em entrevista coletiva, a nova pesquisa sobre o perfil dos beneficiários do Bolsa Família. A secretária nacional de Renda de Cidadania do ministério, Lúcia Modesto, também participa da entrevista, que acontece às 15h, na sala de reuniões do gabinete da ministra.

É a terceira vez que o MDS elabora esse retrato da população beneficiada pelo maior programa de transferência de renda do Governo Federal. O perfil traz informações como escolaridade, raça, cor, condições de habitação e impacto do benefício na renda familiar.

Rogéria

de

Paula

SERVICO

*Coletiva de Imprensa para divulgação do perfil dos beneficiários do Bolsa Família –
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Dia: 31 de maio de 2010 (segunda-feira)

Horário: 15 horas

Local: Sala de reuniões do Gabinete do Ministra – Esplanada dos Ministérios, Bloco C,
5º andar – Brasília (DF)